

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Ex. ma Sr.^a Presidente da Assembleia da República

Tomámos conhecimento que a Administração da Moviflor enviou uma informação aos gerentes e subgerentes de loja, aos armazéns e GreenPark, informando que a partir de 1 de outubro encerrarão todas as lojas. A administração justifica esta decisão com o facto de *“não se encontrar ainda definida a evolução da empresa face á necessidade de investimento, e considerando as dificuldades e contingências com que nos debatemos diariamente, foi tomada a decisão de encerramento temporário das instalações já a partir do próximo dia 1 Outubro 4^a feira.”*

Entretanto o sítio web da Moviflor já se encontra inoperacional apresentando a seguinte mensagem: *“Estamos a melhorar o site Moviflor. Em breve poderá, novamente, conhecer os nossos produtos, e comprá-los online.”*

Há uma enorme preocupação dos trabalhadores e dos dirigentes sindicais do CESP – Sindicato do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal quanto ao futuro da empresa, porque temem que o encerramento temporário das lojas referido pela Administração da Moviflor se torne definitivo.

O Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português tem vindo a acompanhar a situação dos trabalhadores e da empresa Moviflor. Dirigimos vários questionamentos ao Governo sobre esta situação (Perguntas nº 1533/XII/1^a, 526/XII/2^a, 954/XII/2^a, 2477/XII/2^a, 485/XII/3^a, 714/XII/3^a, 716/XII/3^o, 1041/XII/3^a, 87/XII/4^a e 88/XII/4^a) e em Julho passado interpelou diretamente o Ministro da Economia na comissão parlamentar, designadamente a propósito do processo PER da Moviflor, sem que o Governo tivesse uma palavra para estes trabalhadores.

Há muito que a empresa não cumpre com as suas responsabilidades, designadamente com os trabalhadores, fornecedores e outras entidades. Os trabalhadores permanecem com os salários em atraso e nem o que estava previsto no Plano Especial de Revitalização (PER), aprovado no final do ano de 2013, no que respeita ao pagamento dos salários em atraso foi cumprido. Regista-se que na nota enviada pela Administração da Moviflor não há nenhuma referência aos

salários em atraso dos trabalhadores.

Para além dos três salários em atraso já previstos no PER, somam-se os subsídios de férias e de natal, os salários de janeiro a abril de 2014 e as indemnizações.

O PER aprovado previa que as dívidas aos trabalhadores seriam pagas durante seis meses, após um período de carência de seis meses e os trabalhadores abrangidos pelo despedimento coletivo (cerca de 200 trabalhadores) receberiam as respetivas indemnizações durante 36 meses, após um período de carência de oito meses, o que não foi cumprido.

Perante esta situação e porque os trabalhadores já não conseguiam suportar sem receber o seu salário, muitos optaram por suspender o contrato de trabalho.

Segundo as informações vindas a público, algumas lojas já tinham sido encerradas, estando em funcionamento apenas as lojas de maiores dimensões.

Apesar da aprovação do PER, a empresa não conseguiu melhorar a sua situação económica e financeira. Provavelmente, as dívidas da empresa ter-se-ão avolumado face ao valor identificado no PER.

Alguns trabalhadores na perspetiva de recuperar os seus salários pediram a insolvência da empresa no Tribunal do Comércio de Lisboa. O pedido de insolvência não teve desenvolvimento, nem há nenhuma previsão para o andamento do processo, e a situação de paralisação dos tribunais provocada pelo colapso da plataforma informática CITIUS é motivo de maiores angústias para os trabalhadores.

Ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, solicitamos ao Governo que por intermédio do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, nos sejam prestados os seguintes esclarecimentos

1. Qual o acompanhamento do Governo à situação dos trabalhadores e da empresa Moviflor?
2. Que medidas pretende o Governo tomar, nomeadamente através dos meios legais que dispõe, para salvaguardar os postos de trabalho e para garantir o cumprimento dos direitos dos trabalhadores?

Palácio de São Bento, segunda-feira, 29 de Setembro de 2014

Deputado(a)s

PAULA SANTOS(PCP)

ANTÓNIO FILIPE(PCP)

BRUNO DIAS(PCP)

CARLA CRUZ(PCP)

DAVID COSTA(PCP)

DIANA FERREIRA(PCP)

Deputado(a)s

FRANCISCO LOPES(PCP)

JOÃO OLIVEIRA(PCP)

JORGE MACHADO(PCP)

MIGUEL TIAGO(PCP)

PAULO SÁ(PCP)

RITA RATO(PCP)